

De 22 a 28 de janeiro de 2016 - Edição nº 030

GLOBO NEWS: SINDEPO PARTICIPA DE DEBATE SOBRE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Nesta semana, o presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF, Benito Tiezzi, participou do Programa Alexandre Garcia – na Globo News – sobre a polêmica audiência de custódia. A entrevista começou com um pequeno trecho do desabafo do Delegado de Polícia Rodrigo Larizzatti, sobre o método aplicado desde outubro do ano passado e que vem prejudicando o trabalho da polícia. Para discutir o tema, também foi convidado o promotor de justiça do MPDFT Thiago Pierobom.



Veja: <http://goo.gl/BqJ5iw>

TV RECORD ABORDA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO DF

O diretor do Sindepo Rafael Sampaio participou de entrevista para o programa Balanço Geral sobre audiência de custódia. A emissora repercutiu o vídeo do Delegado de Polícia Rodrigo Larizzatti.

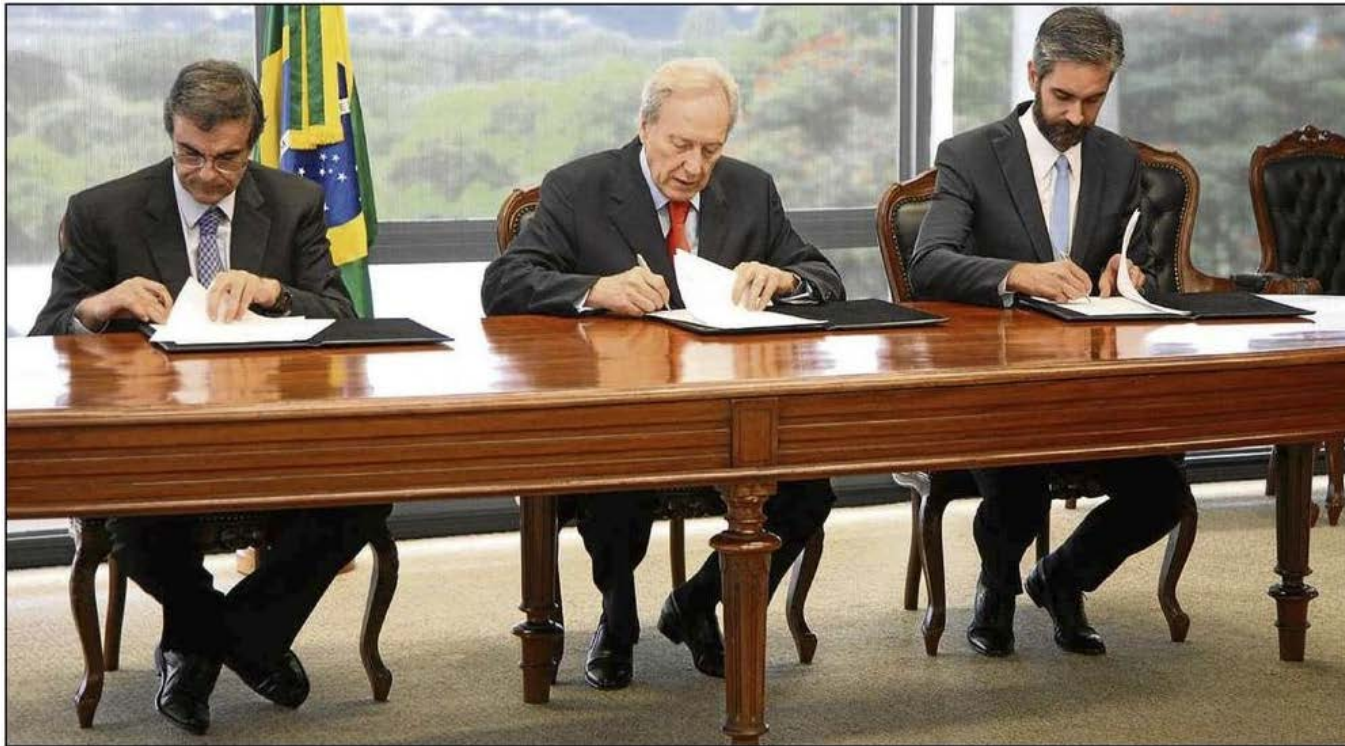
Veja:

<http://goo.gl/KuQiMk>



CORREIO BRAZILIENSE: AUDIÊNCIAS DA DISCÓRDIA

JUSTIÇA / Sociedade debate instrumento criado pelo CNJ pelo qual juízes avaliam em 24 horas a situação de presos em flagrante. Para defensores, modelo é avanço nos direitos humanos, mas críticos dizem que bandidos perigosos estão sendo liberados da cadeia



Ministro Ricardo Lewandowski (C) assina a medida que institui a audiência de custódia: em seu discurso, presidente do STF e do CNJ afirmou que haveria economia de mais de R\$ 4 bilhões com a liberação de presos provisórios

O jornal Correio Braziliense também destacou o tema durante a semana. O Sindicato dos Delegados de Polícia deixou claro que não é

possível haver meta de desencarceramento.

Leia: <http://goo.gl/V1BwSf>

O diretor financeiro do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF (Sindepo), Rafael Sampaio, considera um “absurdo” haver uma meta de desencarceramento. Ele cita o caso de um traficante que foi solto duas vezes pela NAC. “As avaliações são feitas de forma equivocada. Colocam em liberdade pessoas claramente perigosas, indivíduos reincidentes em crimes graves”, critica.

Um dos argumentos de Lewandowski é de que há muitos presos provisórios no sistema carcerário. Sampaio, no entanto, afirma que isso acontece exatamente por culpa da Justiça. “Tem excesso de temporários porque não são julgados de forma célere”, diz. Para ele, há uma “política de impunidade”.

REVISTA BRASIL: AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

O programa Revista Brasil da Rádio Nacional abriu espaço para a discussão do tema. O diretor do Sindepo Rafael Sampaio passou mais de 40 minutos, ao vivo, explicando como acontece a audiência de custódia no Brasil, os prós e os contras desse tratado no Pacto de San Jose da Costa Rica.

Ouçã:
<http://goo.gl/EGX39d>



FILIAÇÃO A NOVOS PARTIDOS ALTERA COMPOSIÇÃO DE BANCADAS NA CÂMARA

A Câmara dos Deputados retomará as atividades em fevereiro com composição diferente de um ano atrás, quando os parlamentares eleitos para esta legislatura tomaram posse.

No último ano, 38 dos 513 deputados mudaram de partido, conforme informações da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara.

Entre as principais mudanças no cenário, está a perda, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), de 10 deputados desde a posse, e a migração de 21 deputados para o Partido da Mulher Brasileira (PMB), que obteve registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

em setembro. A Rede Sustentabilidade, que conseguiu registro no mesmo mês, passou a ter bancada de cinco deputados.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento de três mandados de segurança, firmou o entendimento de que os mandatos pertencem aos partidos e que, por isso, o candidato não pode mudar para outra legenda e manter o mandato. No entanto, a desfiliação para a filiação em partido recém-criado não acarreta a perda do cargo.

Leia mais:

<http://goo.gl/4CzW48>

BLOCOS PARTIDÁRIOS ATUAIS

Partido/Bloco	Bancada
Bloco PP, PTB, PSC, PHS	80
Bloco PR, PSD, Pros	75
Bloco PMDB, PEN	69
PT	59
PSDB	53
PSB	34
Bloco PRB, PTN, PMN, PTC, PTdoB	29
DEM	21
PMB	21
PDT	17
SD	15
PCdoB	12
PPS	10
PV	5
PSol	5
Rede	5
PSL	1
Sem Partido	1

SENADO VAI ANALISAR A PEC DOS PRECATÓRIOS

O Senado vai analisar a chamada PEC dos Precatórios (PEC 159/2015), que são os débitos dos estados e municípios contraídos em função de condenações judiciais. A proposta, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados, define as regras para o pagamento e a origem dos recursos, priorizando titulares e herdeiros com mais de 60 anos, doenças graves ou deficiência. Mais informações,



você ouve na reportagem de Carlos Penna Brescianini da Rádio Senado.

Ouçã entrevista:
<http://goo.gl/W985C9>